

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2019 – EGPA
RETIFICADO I**

A ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA, estabelecida na cidade de Belém, Estado do Pará, na Avenida José Malcher n. 900, Nazaré, CEP – 66.035-120, telefone nº (91) 3214-6822, torna público pelo intermédio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 267/2019 - GAB/EGPA, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** por **ITEM, MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, em estrita conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, com o Decreto Estadual nº 199/03, com o Decreto Estadual nº 878/08, com a Constituição do Estado do Pará, com a Lei Estadual 6.474 de 06 de agosto de 2002, com o decreto Estadual 2.069 de 20 de fevereiro de 2006 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital, para a divulgação das propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances,

UASG: 925451

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 05/12/2019

HORA DA ABERTURA: 9H (Horário de Brasília)

LOCAL: endereço eletrônico, www.comprasnet.gov.br

1.1.1. O envio das proposta de preço deverá ser feita a partir da publicação do edital no D.O.E. até as 09h (horário local) do dia 05/12/2019 no sítio www.comprasnet.gov.br

1.1.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a propostas anteriormente apresentada

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília-DF, e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO.

2.1. A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DO EAD DA EGPA E A OUTROS AMBIENTES DIDÁTICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, pelo período de 12 (doze) meses, conforme estimativas e especificações contidas no Anexo I, que constitui parte integrante e indissolúvel do presente Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico quaisquer licitantes que;

3.1.1. Atenderem as condições deste Edital e da Legislação específica;

3.1.2. Estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na IN SLTI/MPOG nº 003/2018;

3.1.3. Caberá ao LICITANTE interessado em participar do Pregão, na forma eletrônica, credenciar-se previamente no SICAF, por intermédio do sítio www.comprasnet.gov.br;

3.1.4. Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão;

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1. Consórcio de empresas, sob quaisquer formas;

3.2.2. Empresa que esteja em regime de concordata ou com pedido de falência decretada, recuperação judicial, em concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação;

3.2.3. Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta: Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como a que esteja punida com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

3.2.4. Empresa que mantenha em seu quadro, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, empresa da qual tal servidor seja sócio, diretor, responsável legal ou técnico etc, na forma do art. 9º, inciso III da Lei nº 8.666/93;

3.2.5. Empresa que esteja inadimplente com obrigação assumida junto a qualquer órgão o ente da Administração Pública;

3.3. Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório;

3.3.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital;

3.4. Não serão levadas em consideração, quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente a lavratura da(s) ata(s).

3.5. Como condição para participação deste Pregão, o licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.5.1.1. Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação de campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.1.2. Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

3.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º XXXIII, da Constituição Federal;

3.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da IN SLTI/MPOG nº 003/2018.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referente a este Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até (03) três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço de e-mail egpa.compras@gmail.com, cujas respostas serão disponibilizadas no campo impugnações/esclarecimentos referente a este pregão, no site do **COMPRASNET**;

4.2. **Até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar o ato convocatório** do presente PREGÃO, protocolizando a peça impugnatória no endereço discriminado no subitem preâmbulo deste edital ou por meio eletrônico;

4.3. Caso a peça seja protocolada, a interessada deverá, de imediato, comunicar ao Setor de Licitações da EGPA, por meio do endereço eletrônico egpa.compras@gmail.com;

4.4. Caberá ao **PREGOEIRO**, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de **até dois dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação;

4.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro serão juntados nos autos do Processo Licitatórios e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, bem como serão divulgadas no sítio www.comprasnet.gov.br;

4.8. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

5.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.comprasnet.gov.br;

- 5.3. O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF, que também será registro para fins de habilitação;
- 5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante, ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;
- 5.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, à Escola de Governo do Estado do Pará ou qualquer outro órgão participante ou aderente, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por telefone;
- 5.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio do acesso.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2 **O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 6.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 6.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 6.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.9 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.9.1 **VALOR POR ITEM:**
- a) O preço será registrado, pelo seu **valor POR ITEM** proposto, conforme Termo de Referência, em anexo.
- b) O preço proposto deverá computar todos os custos necessários a prestação do serviço, objeto deste edital, bem como todos os impostos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, instalação e quaisquer outras despesas que incidam ou venha incidir sobre o objeto desta licitação;
- c) tanto na fase de proposta quanto na fase de lances, somente o valor do lote será utilizado pelo Sistema Eletrônico para efeito de julgamento;
- d) A Contratada deverá arcar com a ônus decorrente e eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93;
- 6.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.11 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos à EGPA sem ônus adicionais;
- 6.12 O preço deve também contemplar o frete, o suporte técnico, a assistência técnica, o fornecimento do software, disponibilizar sistema informatizado de registro.

6.13 Fica vedado ao licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preço, planilha ou outros anexos exigidos, sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro;

6.14. Toda proposta registrada será considerada com prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo

6.15 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (art 14, III do Decreto nº. 2.069/2006);

6.16. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 14, IV do Decreto 2.069/2006);

6.17. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

6.18. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

6.19. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes no Anexo I, deste edital, prevalecerão às últimas.

6.20. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas;

6.21. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor POR ITEM;

b) Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:

b.1) As informações não prestadas no detalhamento do objeto, na forma eletrônica, poderão ser supridas no envio da proposta original;

6.22. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

6.7 A proposta deverá constar de forma clara e detalhada, as características e especificações técnicas dos equipamentos de informática, de última geração, novos e sem uso, bem como marca, modelo e ano de fabricação, inclusive querendo apresentar folders ou catálogos, preço unitário e total dos itens, em moeda corrente nacional (R\$) Real, expressos em algarismos (até duas casas decimais após a vírgula) expressos em algarismo e por extenso.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 1,00(Um real)**.

7.7.2. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.8 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.12 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.17 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.19 Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

7.20 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

7.24 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.24.1 no país;

7.24.2 por empresas brasileiras;

7.24.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.26 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame sem prejuízo dos atos realizados;

7.30 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes;

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que não atenda ao descritivo constante do Termo de Referência (ANEXO I) deste Edital, independente do descritivo da plataforma do Pregão Eletrônico, ou apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

8.4.1.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8 Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1 Empresas cadastradas e com situação regular no SICAF, instituído pela Secretaria de Administração Federal, Instrução Normativa/MPOG n° 03/2018, ficarão dispensadas de apresentar os documentos de que tratam os subitens 9.4 e 9.6;

9.1.1. Para fins de habilitação, a verificação de certidões pelo órgão promotor do certame, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores, constitui meio legal de prova;

9.2. O licitante que não estiver cadastrado no SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa/MPOG n° 03/2018 e/ou ainda que esteja com algum documento em situação irregular no mesmo, deverá apresentar os documentos elencados nos itens **9.4** e **9.6** ou os que encontrarem-se vencidos, para comprovar sua regularização;

9.2.1. Aos licitantes que apresentarem o Certificado de registro Cadastral do Estado do Pará – CRCPA, será analisado sua situação em conformidade ao que dispõe a Instrução Normativa n° 005/2013 – SEAD/PA.

9.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.3.1. Registro do Comercial; ou

9.3.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores; ou

9.3.3. Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado, acompanhado de prova da diretoria em exercício, para as sociedades civis e demais entidades.

9.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

9.4. DA HABILITAÇÃO FISCAL - TRABALHISTA

9.4.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida no máximo até 6 meses antes do data do certame;

9.4.2. Prova da Regularidade para com a Fazenda Federal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/14;

9.4.2.1. O licitante que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014, e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN;

9.4.3. Prova da Regularidade para com as Fazendas Estadual (Tributária e Não Tributária) e Municipal, através da respectiva Certidão Negativa da sede do licitante;

9.4.3.1. Sendo a empresa licitante estabelecida no Município de Belém/PA, a prova de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá incluir, obrigatoriamente, além da Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de negativa, a **Certidão de Regularidade Fiscal** nos termos da Instrução Normativa nº 004/99 de 29.07.99 da Secretaria de Finanças do Município de Belém;

9.4.3.2. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão Negativa Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida, gratuita e eletronicamente, pela Justiça do Trabalho conforme a Lei nº. 12.440 de 7/07/2011;

9.4.5. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, dentro do prazo de validade;

9.4.7. Em caso do serviço ser prestado por filial, deverá ser comprovada, **também**, a **regularidade fiscal** destacados nos itens 9.5.1; 9.5.2; 9.5.3; 9.5.4 e 9.5.5 **da filial/unidade** que prestará o serviço contratado;

9.4.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ser assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1. Apresentação de 02 (dois) ou mais Atestado ou declaração de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante forneceu objeto compatível em características, com o objeto da presente licitação, descrevendo claramente os quantitativos fornecidos, devendo ser feita em papel timbrado da declarante, indicando o CNPJ e identificação completa da empresa/órgão que o expede, e sempre que possível o valor do serviço prestado. Também deverá constar que os serviços foram ou estão sendo executados satisfatoriamente, não existindo nos registros até a data da expedição fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas. Deve ser datada e assinada (nome e representante da empresa emitente/cargo/telefone);

9.6. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

9.6.1.1. A(s) licitante(s) que estiver(em) em procedimento de recuperação judicial, deverá(ão) apresentar a(s) Certidão(ões), citadas na alínea anterior, de acordo com o estabelecido no art. 69 de Lei 11.101/2005.

9.6.2. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da Lei, que comprovem boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

9.6.2.1. As empresas com menos de um ano de existência, que ainda não tenham balanço, deverão apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência;

9.6.3. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário, também serão realizadas as seguintes consultas:

9.6.3.1. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** do Portal da Transparência;

9.6.3.2. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis** por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ.

9.6.3.3. Também será consultado os sistemas de registros de sanções SICAF, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

9.6.3.4. Se a licitante for matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz, e, se a licitante for filial todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos em nome da filial, no primeiro caso, ou da matriz, na segunda hipótese.

9.7. Para as certidões emitidas que não tenham, de forma explícita, o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir de suas emissões.

9.8. O(a) Pregoeiro(a) poderá fazer averiguações nos sites oficiais mantidos na internet por órgãos públicos a cerca de requisitos a serem cumpridos pelos licitantes, tanto com relação à veracidade de Proposta de Preços, quanto aos requisitos de habilitação e seus anexos, valendo os resultados das consultas como meio legal de prova para tomada de decisões, conforme faculta o § 4º do artigo 25 do Decreto federal nº 5.450/2002;

9.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição;

9.10. Se a menor proposta ofertada for de microempresa ou empresa de pequeno porte e uma vez constatada existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período conforme necessidade da Autarquia;

9.11. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções, prevista neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição fiscal será concedido o mesmo prazo e regularização;

9.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para continuidade da mesma;

9.12.1. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste edital.

9.13. Além da apresentação dos documentos exigidos no item 9 e seus demais subitens deste Edital, ficam os licitantes obrigados a complementar a documentação com as **DECLARAÇÕES EXIGIDAS PARA CREDENCIAMENTO JUNTO AO SISTEMA DO COMPRASNET**, e as seguintes:

9.13.1. Declaração que possui em seu quadro de pessoal, 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência em atendimento ao disposto no § 6º do Art. 28 da Constituição do Estado do Pará; (Anexo III).

9.13.2. A exigência de declaração, sob pena da Lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir o tratamento favorecido estabelecido por aquela Lei;

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 60 (sessenta) min, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 A proposta de preço a ser enviada, deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa que a expediu e conter todas as especificações solicitadas no Anexo II e estar assinada pelo seu representante legal.

10.1.2 Havendo erros, omissões ou falhas nas planilhas de custos e formação de preços e outros documentos apresentados pelo licitante que cotou o menor preço, que prejudiquem a análise do valor cotado, ensejará a não aceitação da proposta e por consequência a desclassificação do licitante;

10.2 O Licitante que descumprir o prazo previsto no item 10.1, **será desclassificado** do certame, sendo convocado os licitantes seguintes, obedecendo a ordem de classificação, quando será concedido o mesmo prazo do primeiro colocado para apresentação da documentação;

10.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro para complementação da proposta, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.4 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

10.5 No interesse da Administração, poderão ser relevadas omissões meramente formais observadas nas propostas e/ou na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

10.6. A Proposta original deverá ser entregue ou encaminhada ao PROTOCOLO DA ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a data de realização do certame, em atenção ao PREGOEIRO que dirigiu a sessão, situada à Av. José Malcher, 900, Bairro de Nazaré, Belém/PA, CEP: 66.055-260.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1.** Declarado o licitante habilitado, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 01 (uma) hora, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;
- 11.2.** Havendo alguma manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não recurso, fundamentalmente;
- 11.3.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse Direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor;
- 11.4.** Uma vez admitido o recurso o licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, exclusivamente pelo Sistema Eletrônico, em campo próprio, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;
- 11.4.1.** Após a inclusão do recurso no Sistema Eletrônico, o licitante devesse comunicar a interposição ao Pregoeiro por meio do e-mail: egpa.compras@gmail.com.
- 11.5.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 11.6.** O recurso contra a decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo;
- 11.7.** Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão reconhecidos;
- 11.8.** Após o julgamento dos recursos e das contrarrazões, e constatado a regularidade dos atos praticados, será adjudicado o objeto do certame ao licitante declarado vencedor, estando o resultado final da Licitação sujeito a homologação pela Autoridade Superior competente, que irá analisar a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados;
- 11.9.** A sessão pública do Pregão só será concluída depois de declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecer conectados ao sistema até o final desta etapa.
- 11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1.** Não havendo intenção de interposição de recursos, o objeto do certame será desde logo adjudicado ao licitante vencedor pelo Pregoeiro;
- 11.2.** Após a adjudicação, sendo constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a licitação, e analisar a conveniência e oportunidade da contratação para formalizará a mesma;
- 11.3.** Havendo recursos, a adjudicação do objeto do certame será realizada após a decisão daqueles pela Autoridade Superior.
- 11.4.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1.** O contrato a ser firmado na forma de minuta (Anexo IV) terá a vigência de **12 (doze) meses** contados da data de sua assinatura.
- 13.2.** Antes da assinatura do Contrato, será realizada e juntada aos autos do processo consulta prévia “on line” ao SICAF, de forma a verificar possível proibição de contratar com a administração Pública.
- 13.3.** O licitante vencedor deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação, prorrogáveis uma única vez, a critério da EGPA, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei;
- 13.4.** No ato de assinatura do contrato a Contratada deverá designar e informar através de documento emitido em papel timbrado da empresa e assinado pelo Proprietário ou representante legal, mediante procuração, o nome do(a) supervisor(a) e/ou preposto que responderá pela mesma durante a vigência do contrato;
- 13.5.** Os serviços executados pela Contratante serão avaliados e atestados por servidor específico da Administração designado através de ato administrativo com Fiscal do Contrato;
- 13.6.** Como condições para celebração do Contrato, o licitante deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, **INCLUSIVE**, as condições presente no Termo de Referência;

13.6.1 Em caso de algum dos documentos apresentados na data do certame encontrar-se na data de assinatura do contrato com prazo de validade vencido, deverá nesta ocasião ser apresentado o documento mais recente comprovando a regularidade da empresa;

13.7. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, obedecendo ao disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Estadual 2.029/2006 e § 2º do art. 64 da Lei 8.666/93;

13.8. A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no item 13.3, caracteriza descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-as às penalidades legalmente estabelecidas

13.9. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de que tratam os art. 86 a 88, da lei nº. 8.666/93, além de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a contratada não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias.

14. DO REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

14.1. não haverá reajustes ou repactuação de preço.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do mês subsequente ao da execução dos serviços, mediante protocolização da Nota Fiscal/Recibo, devidamente atestados pelo responsável designado pela **CONTRATANTE**.

15.1.1. A Nota Fiscal/fatura mensal deverá conter o detalhamento dos serviços prestados, o endereço, telefone, CNPJ, Inscrição Estadual, Nome do banco, a agência e o número da Conta Corrente da empresa na qual será depositado o pagamento pela prestação de serviço e vir acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Contra recibo de quitação e respectiva nota fiscal de serviço;
- b) Declaração da fiscalização do contrato de que o serviço foi executado na forma avençada;
- c) Apresentação de relatório mensal da manutenção, referente ao respectivo período;
- d) Apresentação de declaração, em original, de que a Contratada é optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), se for o caso, nos termos do disposto no art. 6º da Instrução Normativa RBF 1.234 de 11.01.2012 e na forma dos anexos II, III e IV da referida norma.
- e) Outras documentações que o fiscal entender necessário ao cumprimento das obrigações contratuais;

15.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.1.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

15.2. A devolução da fatura não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a contratada suspenda a prestação dos serviços contratados pelo contratante;

15.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados,

15.3.1. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

15.4. No termos do art. 36 § 6ª da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não exercitar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

b) Não cumprir as obrigações determinadas no Contrato ou Legislação pertinente;

15.4.1. O prestador de serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceito pelo órgão ou entidade, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

15.5. A CONTRATANTE fará o(s) pagamento(s) referido(s) nos itens anteriores desta cláusula através de depósito em nome da CONTRATADA, no Banco do Estado do Pará, Conforme art. 1º do Decreto nº. 877, de 31 de março de 2008 e Instrução Normativa nº 018/2008 - SEFA/PA.

15.6. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária;

15.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

15.7.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º -B a 5º-E do artigo 18 da Lei Complementar;

15.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM – Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP – Valor da parcela a ser paga;

I – Índice de compensação financeira = 0,0001781, assim apurado:

$I = (TX) I = (6,5/100) \quad I = 0,0001781$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6,5%

15.9. Findo o contrato, se existente crédito em favor da Contratante que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá ser o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Estadual;

16. DAS PENALIDADES

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Escola de Governança Pública do Estado do Pará, poderá aplicar-lhe, garantida a prévia defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da intimação, as sanções estabelecidas nos art. 86 e 87 da Lei. 8.666/93, conforme disposto na Cláusula Décima Quarta do Anexo IV;

16.2. Na hipótese de ser constatado pelo (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, a qualquer tempo que os documentos apresentados na fase de habilitação pelos licitantes não correspondem à veracidade de seu conteúdo, a Escola de Governança Pública do Estado Pará – EGPA adotará as devidas providências para a aplicação da sanção prevista no art. 87, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo garantida a prévia defesa a adjudicatária;

16.3. Além das penalidades citadas, o licitante infrator ficará sujeito, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no SICAF;

16.4. Ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com o Estado e será descredenciada do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantida a ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

a) não mantiver a proposta, injustificadamente;

b) comportar-se de modo inidôneo;

c) fizer declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação;

d) cometer fraude fiscal;

e) deixar de encaminhar a documentação de habilitação, quando solicitada pelo Pregoeiro;

f) falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) não apresentar situação regular, no ato de assinatura do contrato;

h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato;

i) não executar o serviço;

j) retardar a execução do serviço;

k) executar serviço que não atenda à especificação exigida no edital.

16.4.1. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior em relação às hipóteses elencadas na condição anterior, ficará a licitante isenta de penalidade.

16.4.2. Além das penalidades citadas, a licitante estará sujeita ao cancelamento de sua inscrição no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

16.4.3. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99.

16.4.3.1. As situações mencionadas no art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

16.4.4. Os recursos serão dirigidos à Direção Geral desta Escola de Governança Pública, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

16.5. Caso o licitante vencedor não cumpra com suas obrigações estipuladas neste instrumento e seus anexos, é facultado a EGPA convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação;

16.6. Os licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem as condições previstas no presente Edital e seus anexos e, posteriormente, recusarem-se a executar o objeto deste edital, ficarão também sujeitas às sanções referidas nesta cláusula;

16.7. A critério da Administração da Escola de Governança Pública do Estado do Pará o valor da(s) multa(s) poderá ser descontado dos valores a serem pagos à Contratada;

16.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação;

17.2. É facultado a EGPA solicitar a qualquer tempo, a comprovação formal, pelos licitantes, do cumprimento dos exigido pela Carta Magna do Estado do Pará;

17.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

17.4. É facultado ao Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

17.5. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação;

17.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros e falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais (erros de digitação, como ponto, vírgula, letra) não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

17.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

17.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro, no Sistema Comprasnet;

17.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

17.10. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Pará, podendo ser acompanhadas pela internet, no site da Imprensa Oficial do Estado do Pará, no endereço www.ioepa.com.br;

17.11. Os casos não previstos nesse edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a);

17.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão, primeiramente, as do Termo de Referência, em seguida as do Edital e demais anexos;

17.13. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

17.14. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas a sessão pública do pregão contarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade;

17.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia de vencimento, ressalvados outra espécie de contagem prevista em lei;

17.16. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

17.17. Cópia do edital e seus anexos serão fornecidos, gratuitamente, nos endereços eletrônicos www.comprasnet.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br;

17.18. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas, julgadas e dirimidas junto ao foro da Justiça Estadual da cidade de Belém – PA.

17.19. Fazem parte integrante deste edital:

a) **Anexo I** – Termo de Referência;

b) **Anexo II** – Modelo de Proposta de Preços;

d) **Anexo III** – Modelo de Declaração em Cumprimento ao disposto na Constituição do Estado do Pará (EC Nº. 0042/2008, Publicada Em 11.06.2008);

f) **Anexo IV** – Minuta do Contrato.

Belém, 21 de novembro de 2019

Evanielza da Cruz Marinho Maciel
Diretora Geral

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº. **487788/2019**

Modalidade: Pregão Eletrônico nº. **005/2019 – EGPA**

1. OBJETO:

1.1. A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DO EAD DA EGPA E A OUTROS AMBIENTES DIDÁTICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Justifica-se a presente contratação, tendo em vista a necessidade desta Escola de Governança Pública do Estado do Pará - EGPA em contratar empresa especializada para implantação e fornecimento de equipamentos para suprir suas rotinas o processo de composição de cursos em EAD, que usam de filmagem, atendendo as novas diretrizes propostas pelo Governo do Estado para atuação desta autarquia, considerando a proposta de ação deste Governo de estar “presente por todo Pará”, considerando a extensão continental do território paraense, considerando ainda que a missão desta EGPA está na capacitação dos servidores estaduais, garantindo-lhes as mesmas oportunidades de capacitação, estejam eles lotados nas proximidades de nossa sede, na região metropolitana ou nos mais longínquos municípios.

2.2. O conceito de sala integrada é baseado na modernização de equipamentos que possam integrar a ampliar o atendimento pedagógico da EGPA em EAD, rompendo o limite espacial de atendimento do seu auditório.

2.3. Justifica-se também a utilização de computadores e tvs nas Salas de Aula, salas de reunião e laboratório de informática, estabelecendo uma nova dinâmica nas atividades de treinamento e capacitação. Além disso, tal processo aquisição de equipamentos amplia em escala geométrica o potencial de atendimento da EGPA.

2.4. As marcas referidas e indicadas no “Item 5” não se impõe à Contratada nos termos do Acórdão 113/2016-Plenário TCU, e servem de parâmetro de qualidade, similaridade ou equivalência na avaliação do equipamento entregue à Contratante e a partir dessa referência serão avaliados.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1. Quanto à fundamentação legal, o Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e Lei n. 8.666/93 e alterações e a Lei Estadual 6.569, de 6 de agosto de 2003, em especial o Art. 2º, II.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços deverão atender aos requisitos elencados a seguir:

4.1.1. Fornecimento de equipamentos de última geração, em linha de produção, novos e sem uso, devidamente instalados.

5. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS.

TABELA DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS			
Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT.
1	KIT DE ILUMINAÇÃO DE ESTUDIO DE FOTOGRAFIA	TIPO SOFTBOX FOTO LUZ, MUSLIN BACKDROP BRANCO DE 4,0 MTS, STAND KIT COM TRÊS 60CM OCTAGON SOFTBOX, CANTILEVER CARRINHO DE LUZ LÂMPADAS BRANCO, BOLSA PARA DESLOCAMENTO E ARMAZENAMENTO	2
2	KIT FUNDO INFINITO MOVEL	TELA CHROMA KEY VERDE TAMANHO 3X4MT, 02 TRIPÉS PARA SUPORTE DE CHROMAKEY, ALT 2,60MT, 01 VARÃO DE SUPORTE DE 3MT, DESMONTÁVEL.	2
3	MESA DE SOM PROFISSIONAL COM NO MÍNIMO 10 CANAIS	MESA DE SOM COMPACTA DE 10 CANAIS PORTÁTIL, CHASSI DE METAL ROBUSTO, CAPAZ DE ACOMODAR MICROFONES DINÂMICOS E CONDENSADORES, TECLADOS, CONFIGURAÇÕES DE DJ, PLAYERS PORTÁTEIS DE MÚSICA, ENTRADAS / SAÍDAS PARA REPRODUÇÃO OU GRAVAÇÃO ESTÉREO RCA, ENTRADAS / SAÍDAS PARA FONE DE OUVIDO ESTÉREO, ENTRADAS DE LINHA COM QUALIDADE DE ESTÚDIO, ENTRADAS LINHA ESTÉREO DE ¼" E ENTRADA E SAÍDA DEDICADA RCA PARA PLAYBACK E GRAVAÇÃO, FAIXA DE GANHO 30DB, OU SUPERIOR, DISTORÇÃO ABAIXO DE 0.01%, DEVE POSSUIR LEDS DE MONITORAMENTO, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT, 50/60HZ.	1
4	MICROFONE LAPELA	MICROFONE DE LAPELA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: O TIPO DE RECEPTOR DEVERÁ SER MONTÁVEL EM CÂMERA, COM DIVERSIDADE DE ESPAÇO, COM SINTETIZADOR. PLL CONTROLADO POR CRISTAL. TIPO DE ANTENA DEVERÁ SER FIO COM 1/4 DE COMPRIMENTO DE ONDA. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE 23 A 18.000HZ (TÍPICA). RELAÇÃO SINAL-RUÍDO: 96 DB (DESVIO MÁXIMO, PONDERADA EM A). DISTORÇÃO: 0,9% OU MENOS (-60 DBV, COM ENTRADA DE 1KHZ). DELAY DE ÁUDIO: APROXIMADAMENTE 0,35 MILISSEGUNDO. TIPO DE SAÍDAS: MINIJACK DE 3,5MM (1/8"), NÃO BALANCEADO. NÍVEIS DE SAÍDA ANALÓGICOS: -60 DBV (COM DESVIO DE ± 5KHZ). FAIXA DE AJUSTE: -12 DB A +12 DB (EM PASSOS DE 3 DB). NÍVEL DE SAÍDA DO FONE DE OUVIDO: 5MW (COM 16 DE CARGA). TOM PILOTO: 32KHZ, 32.382KHZ, 32.768KHZ. REQUISITOS DE ALIMENTAÇÃO: 3,0V	4

		DC (COM DUAS BATERIAS ALCALINAS TAMANHO AA - LR6) / 5,0V DC (POR USB, MICRO-B). TIPO DE BATERIA/TEMPO DE DURAÇÃO APROXIMADO: APROXIMADAMENTE 6 HORAS COM BATERIAS ALCALINAS TAMANHO AA. OPÇÕES DE MONTAGEM: MONTÁVEL EM CÂMERA/CINTO/PEDESTAL DE MICROFONE. TIPO DE TRANSMISSOR: TRANSMISSOR BODYPACK COM SÍNTESE PLL UHF CONTROLADO POR CRISTAL.	
5	SMART TV LED 55"	SMARTV LED 55 POLEGADAS, SIMILAR OU SUPERIOR COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: TECNOLOGIA LED, COM TAMANHO DA TELA 55´ COM RESOLUÇÃO FULLHD OU SUPERIOR; CONSUMO MÁXIMO DE (KW/H) 160W / MODO ESPERA: < 0,5W; FREQUÊNCIA COM TECNOLOGIA 60 HZ; IDIOMAS DO MENU PORTUGUÊS, INGLÊS E ESPANHOL; POSSUIR FUNÇÃO TIMER; CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO; POTÊNCIA DE ÁUDIO 10 W X 2; SOM ESTÉREO, SAP; CLOSED CAPTION CONEXÕES MÍNIMAS: WI-FI INTEGRADO; 1X ETHERNET (LAN); 3X HDMI; 2X USB; 1X ENTRADA COMPONENTE; 1X SAÍDA DE ÁUDIO (MINI JACK); 1X SAÍDA DE ÁUDIO ÓPTICO; CONTEÚDO DA EMBALAGEM: TV, BASE, PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO DA TV NA BASE, CONTROLE REMOTO, 2 PILHAS AAA, CABO DE FORÇA AC E MANUAL DE INSTRUÇÕES.	13
6	MOLDURA TOUCH SCREEN 55"	ÁREA ATIVA MÍNIMA: : 1210.5MMXX684.9MM, DIMENSÕES EXTERNAS: : 1248.5MMX722.9MM, MATERIAL: ALUMÍNIO, COR: PRETO, RESOLUÇÃO: 32768 (W) * 32768 (D), TEMPO DE RESPOSTA: 3 A 10 MS, VELOCIDADE DO CURSOR: 450 FPS, TAMANHO MÍNIMO OBJETO PARA DETECÇÃO DO TOQUE: 5MM, MULTI TOUCH: 10 TOQUES SIMULTÂNEOS, MODO DE ALIMENTAÇÃO: ALIMENTAÇÃO USB, TOLERÂNCIA DE LUMINOSIDADE DE AMBIENTE: 150,000LUX, PLUG AND PLAY, VIDA UTIL: ILIMITADA, PROTOCOLOS: HID, TUIO, FLASH, SOFTWARE COM FERRAMENTAS INTERATIVAS: SIM (FERRAMENTAS: CANETAS / MARCA TEXTOS / BORRACHA / LINHAS / SALVAR TELA), SISTEMA OPERACIONAL: WIN10 E/OU LINUX, CONEXÃO: USB2.0 FS, TEMPERATURA: TEMPERATURA DE TRABALHO: -20 ° C ~ TEMPERATURA DE 70 ° C, ARMAZENAMENTO: -40 ° C ~ 85 ° C, UMIDADE: UMIDADE DE TRABALHO: 10% ~ 90%, UMIDADE DE ARMAZENAMENTO: 10% ~ 90%, GARANTIA: 1 ANO, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: MOLDURA TOUCH COM CABO USB X 1, VIDRO TEMPERADO 4MM	1

		(FIXADO À MOLDURA) X 1, KIT DE FIXAÇÃO X 1, SUPORTE METÁLICO DE SEGURANÇA X 2, CANETAS X 1, MANUAL DE INSTRUÇÕES X 1, SOFTWARE E DRIVER X 1	
7	MONITOR LED 25 IPS, DE 25 A 32 POLEGADAS	RESOLUÇÃO HD, USB, 2 X HDMI, CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, RESOLUÇÃO DA TELA: HD, TAMANHO DA TELA DE PELO MENOS 25", TECNOLOGIA DA TELA: LED, TIPO DE SELO INMETRO: PROCEL, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA: A, TELA MÍNIMA : TAMANHO: 25' - FORMATO: 16:9, RESOLUÇÃO MÁXIMA: 1366X768(HD), BRILHO: 250 CD/M ² , CONTRASTE DINÂMICO: 5.000.000:1, ÂNGULO DA VISÃO: 178°/ 178°, PIXEL PITCH: 0,38175 X 0,38175, TEMPO DE RESPOSTA: 8,5 MS, FONTE: EXTERNA (ADAPTADOR), CONECTOR DE ENTRADA/SAÍDA: USB, HDMI (2X), ÁUDIO ÓTICO.	3
8	SUPORTE UNIVERSAL PARA TABLET	INDICAÇÕES DE USO: PARA PARTITURA E TABLETS DE 7 A 10 POLEGADAS, COMPATIBILIDADE: TABLETS DE 7 A 10 POLEGADAS, MATERIAL: EM MADEIRA MDF E/OU FERRO E/OU PLÁSTICO RÍGIDO, COM PINTURA ELETROSTÁTICA, AJUSTES: NOS PÉS, NO MEIO E NO SUPORTE, COR: PRETO, MEDIDAS: ALTURA MÁXIMA 1,30M.,MEDIDA DA CHAPA: 26X18CM. (LXA)	1
9	COMPUTADOR DESKTOP	COMPUTADOR DESKTOP - WORKSTATION PARA EDIÇÃO PROFISSIONAL ÁUDIO/VIDEO COM MONITOR 27 POLEGADAS. PROCESSADOR: PROCESSADOR DE QUATRO NUCLEOS E OITO THREADS, OITAVA GERAÇÃO OU SUPERIOR, COM CLOCK SPEED DE NO MÍNIMO 3,5GHZ; 12MB DE CACHE L3 TOTALMENTE COMPARTILHADO, POR PROCESSADOR E TURBO BOOST DE NO MÍNIMO ATÉ 4.5GHZ; PLACA DE VÍDEO: DE NO MÍNIMO 4 GB MEMORIA: MEMÓRIA MÍNIMA DE 16GB DE SDRAM DDR4 ECC; SUPORTA A ATÉ 64GB COM A SUBSTITUIÇÃO DOS PENTES DE MEMÓRIA DA CONFIGURAÇÃO INICIAL. DISCO RÍGIDO: 01 (UM) DISCO RÍGIDO PADRÃO PCIE EM FLASH COM 256GB. VIDEO: SUPORTAR TRABALHAR COM ATÉ MAIS 02(DOIS) MONITORES EM TECNOLOGIA 4K OU NO MÍNIMO	3
10	CAMERA ROBOTICA	20X SDI HDMI IP-POE, SAÍDAS DE VÍDEO: 1X HDMI – 1X SDI – 1X IP (POE), RESOLUÇÕES: 1080P60 /50/30/25 / 59,94 / 29,97 1080I60 / 50 / 59,94 720P60 / 50/30/25 / 59,94 / 29,97, ENCODER 2 VIAS H264 E H265, RTSP, RTMP PUSH, RTP MULTICAST	2

11	TRIPÉ PROFISSIONAL VÍDEO, CABEÇA HIDRÁULICA	TRIPÉ PARA CÂMERA DSLR E FILMADORA Descrição: Tripé para câmera fotográfica e filmadoras, do tipo profissional, com cabeça hidráulica, compatível com câmeras DSLR, com manopla e monopé embutidos, e adaptadores necessários para compatibilidade com câmera Profissional. Material em alumínio; Capacidade de Carga de 7kg; Altura Máxima de 160cm; Altura máxima com coluna estendida de 135cm; Tipo de bloqueio Flip. Abertura independente de pernas; Tipo de coluna central Rapid, faceted, removable; peso máximo 2kg. Marca/Modelo de Referência: Manfrotto Tripé Completo MT190X3 + MHXPRO2W, equivalente, similar ou de melhor qualidade.	2
12	HD EXTERNO SSD	HD SSD 480GB DISCO RÍGIDO EXTERNO COM INTERFACE SATA DE 480GB PARA NOTEBOOK - DIMENSÃO DO HD 2.5' - 8MB BUFFER - CAPACIDADE: 480GB BUFFER: 8MB VELOCIDADE: 5400RPM INTERFACE: SATA 3GB/S TAXA DE TRANSFERÊNCIA DE MÍDIA: 145MB/S TEMPO MÉDIO DE BUSCA: 12MS LATÊNCIA MÉDIA: 5.6MS ACÚSTICA EM MODO IDLE: 2,4DB ACÚSTICA EM MODO DE BUSCA: 2,6DB TEMPERATURA EM OPERAÇÃO: 5~55 C UMIDADE EM OPERAÇÃO: 5 A 90% NÃO CONDENSADO VOLTAGEM: 5V CONSUMO LEITURA/GRAVAÇÃO: 2,2W CONSUMO EM STANDBY: 0,2W	1
13	NOBREAK APC	BACK-UPS 1200VA BI-115V BZ1200-BR COM SUPORTE PARA NO MINIMO 5 TOMADAS	6
14	TRIPÉ PARA ILUMINAÇÃO	TRIPÉ EM ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA COM CONEXÕES EM NYLON, PERNAS EM TUBO REDONDO COM 7/8" X 0,65M, TERMINAL EM ROSCA MACHO DE 3/8" - NÃO ACOMPANHA PINO 5/8" DE ENGATE RÁPIDO , AT - 083 – TRIPÉ CADETE II - 3 ESTÁGIOS ALTURA MÁXIMA 2,70M X ALTURA , MÍNIMA 0,96M. PESO: 1,3 KG , AT - 063 – TRIPÉ CADETE II - 4 ESTÁGIOS ALTURA MÁXIMA 3,65M X ALTURA MÍNIMA 1,03M. PESO: 1,45 KG	2
15	ILUMINADOR LED PROFISSIONAL – 960 LEDS	MODELO: 58W TAMANHO DO PAINEL DE LED: 40 X 20 CM , VOLTAGEM: DC 14.8V, TEMPERATURA DE COR: 3200-5600K LUMEN: 6720LUX/M , CRI: = 90, PESO DO ILUMINADOR C/ SUPORTE PARA TRIPÉ, BANDOOR: 2,9 KG, COMPRIMENTO DA FONTE: 2,4 M, 2. ITENS INCLUSOS: 01 LED JYLED-1000S , 01 SUPORTE PARA FIXAR O LED AO TRIPÉ , 01 DIFUSOR BRANCO, FONTE DE ALIMENTAÇÃO, 01 BOLSA	2

16	MINI PC	PROCESSADOR DE QUATRO NUCLEOS E QUATRO THREADS, OITAVA GERAÇÃO OU SUPERIOR, MÍNIMO 4MB CACHE, MEMÓRIA MÍNIMA DE 4GB DDR3 SO-DIMM, ARMAZENAMENTO SATA 240GB OU SUPERIOR, ÁUDIO HIGH DEFINITION, CONEXÃO DE REDE RJ-45 10/100/1000 (GIGABIT), WIFI / BLUETOOTH 802.11 A/B/G/N/AC - BLUETOOTH 4.0, CONEXÕES TRASEIRAS 1X HDMI, 1X RJ-45 LAN, 2X USB 3.0, PAINEL FRONTAL, 2X USB 2.0, 2X CONECTORES DE ÁUDIO, 1X POWER LED, 1X BOTÃO DE LIGA/DESLIGA, FONTE DE ALIMENTAÇÃO ADAPTADOR AC-DC BIVOLT 12V 3.75A SISTEMA OPERACIONAL, WINDOWS 10 PRO, MEDIDAS 11,4CM(L) X 12,1CM(C) X 3,2CM(A), MODELO DE REFERÊNCIA: MINI PC NUC CORE I3 4GB 240GB OT5 WIN 10, equivalente, similar ou de melhor qualidade.	12
17	KIT TECLADO E MOUSE WIRELESS	- KIT TECLADO + MOUSE WIRELESS, CONEXÃO DO RECEPTOR SEM FIO: USB; - SISTEMA PLUG & PLAY (INSTALAÇÃO DE DRIVER AUTOMÁTICA); - COMPATIBILIDADE: WINDOWS (XP, VISTA, 7, 8, 10), MAC, LINUX;., ALCANCE: ATÉ 10 METROS DE DISTÂNCIA DO RECEPTOR USB; TECLADO: - PADRÃO: ABNT2 E COM TECLAS MULTIMÍDIAS; DESIGN ERGONÔMICO, ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA: PILHA AA, MOUSE ÓPTICO; - RESOLUÇÃO: 1600DPI; - 3000FPS; - SCROLL EMBUTIDO; - DESIGN ERGONÔMICO; - ALIMENTAÇÃO 2 PILHA AAA ITENS INCLUSOS: 01 X TECLADO SEM FIO; 01 X MOUSE ÓPTICO SEM FIO; 01 X MINI RECEPTOR USB;	15
18	WEBCAM FULL HD 1080	CONEXÃO POR CABO USB, COMPRIMENTO DO CABO: 1,8 M- FUNCIONANDO COM:XSPLITOBS-COMPATIBILIDADE: WINDOWS 7, WINDOWS 8 OU WINDOWS 10 MAC OS X 10.9, IOS OU LINUX OU SUPERIOR CHROME OS ANDROID V5.0 OU ACIMA VIA PORTA USB- DIMENSÕES DE REFERÊNCIA:SEM CLIPE: 29 X 95 X 24 MM, INCLUINDO CLIPE: 44 X 95 X 71 MM	3
19	MICROFONE CONDENSADOR	MICROFONE CONDENSADOR CARDIÓIDE, APLICAÇÃO EM ESTÚDIO PARA VOCAIS E INSTRUMENTOS, CÁPSULA CONDENSER DE DIAFRAGMA LARGO DE 1", PADRÃO POLAR CARDIÓIDE, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 20HZ A 20KHZ, ACOMPANHA POP-FILTER (ANTI-PUFF), SUPORTE SHOCK-MOUNT, CABO DE 6M E BAG PARA TRANSPORTE; DIMENSÕES: 12,5CM (L) X 33CM (A) X 22,5CM (P), PESO - 1,4KG	1

20	KIT CAMERA PROFISSIONAL COM LENTES E ASSESSÓRIOS	CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL DSLR, COM BATERIA E CARREGADOR DESCRIÇÃO: CÂMERA DIGITAL COM LENTES INTERCAMBIÁVEIS E VISOR ÓTICO, SENSOR 23,4MM X 15,5MM EQUIVALENTE OU SUPERIOR, SISTEMA DE FOCALIZAÇÃO MANUAL E AUTOMÁTICA, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 20 MEGAPIXELS, COM ENTRADA PARA MICROFONE EXTERNO, CONEXÃO USB E HDMI, ISSO SENSIBILIDADE AJUSTÁVEL NA FAIXA DE 10 A12.000, GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM ALTA RESOLUÇÃO FULL HD, COMPARTIMENTO PARA CARTÃO DE MEMÓRIA, ENTRADA DE ÁUDIO P2 PARA MICROFONE, COM 2 CARTÕES DE MEMÓRIA SD OU SDHC OU SDXC CLASSE 10 DE 32GB, LENTES INTERCAMBIÁVEIS COMPATÍVEIS 18MM X 135MM, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS, BATERIA (COM DUAS BATERIAS EXTRAS) E CARREGADOR INCLUSOS GARANTIA MÍNIMA 12 MESES. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: 2-LENTE 18-55MM F / 3,5-5,6 IS LENTE STM, 3 FLASH DA CÂMERA DIGITAL, 4 LENTE GRAN ANGULAR 0.43X COM MACRO PORÇÃO, MODELO DE REFEÊNCIA: CANON EOS REBEL T6I, equivalente, similar ou de melhor qualidade.	1
21	PRO SMARTPHONE VIDEO RIG	LF-R480 LUZ DO ANEL, - LÂMPADAS LED: 480 PCS, - FORMA: ANEL, - DIÂMETRO EXTERIOR: 18 POL / 45.6 CM, - POTÊNCIA TOTAL: 80W, - TEMPERATURA DE COR: 3200-5800K, - DIMMABLE: ESCURECIMENTO STEPLESS ESCURECIMENTO DE ESCURECIMENTO: 1% -100%, - ILUMINAÇÃO TOTAL: 9800LM, - CRI (ÍNDICE DE COR RENDERING):> 90, - ADAPTADOR: UNIVERSAL, - POWER: 80 WATT - ENTRADA AC: ADEQUADO PARA 100-250V, ESPECIFICAÇÕES DA FONTE:BIVOLT (110V - 220), TRIPÉ ARTICULADO EM MATERIAL DE ALUMÍNIO ANODIZADO EM PRETO. MODELO DE REFERENCIA: LF-R480 LUZ DO ANEL,	1
22	SUPORTE MOVEL DE TV	PARA TV DE 55" COM SUPORTE DE FIXAÇÃO DA TV, QUE ATENDA AOS PADRÕES VESA 100/100,100/200, 200/200 E 400/400 MM, COM PRATELEIRAS GIRATÓRIAS QUE POSSIBILITEM COLOCAR O APARELHO GERADOR DE IMAGENS EM DIVERSOS ÂNGULOS, CAPACIDADE DE EQUIPAMENTOS: 01 + TV CAPACIDADE CARGA: 50KG DIMENSÕES DE REFERENCIA: A 1790 A 2090 MM. REGULAGEM DE ALTURA : 100 A 100 MM. DIMENSÕES DE BASE: L 965XP690 MM PESO LÍQUIDO: 16KG. DIMENSÕES DA PRATELEIRA: L	3

		3360 X A8XP 300 MM. OPÇÕES DE CORES PRODUTO: BLACK. COR PRATELEIRA: BLACK, RODIZIOS : SIM	
23	FONE OUVIDO	HEADPHONE COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEVERÁ SER DO TIPO SUPRA-AURICULAR FECHADO DINÂMICO (OVER THE EAR) E DOBRÁVEL, PARA MAIOR FACILIDADE DE TRANSPORTE; POSSUIR MICROFONE; CAPACIDADE DE POTÊNCIA DE 1000 MW; IMPEDÂNCIA DE 24 OHM A 1KHZ. SENSIBILIDADE - 98 DB/MW. RESPOSTA EM FREQUÊNCIA DE 10HZ-24.000HZ. SEUS CONDUTORES DEVERÃO SER BANHADOS A OURO MINI PLUGUE ESTÉREO, GARANTINDO MAIOR FIDELIDADE E QUALIDADE SONORA; CABO COM COMPRIMENTO DE PELO MENOS 1,2METROS; COR PRETA; MODELO DE REFERÊNCIA: HEADPHONE SONY MDR-ZX310AP PRETO, equivalente, similar ou de melhor qualidade.	2
24	TELEPROMPTER	POSSUIR ÁREA VISÍVEL DE PELO MENOS 19", COM REFLEXÃO ESPECÍFICA DO VÍDEO; POSSUIR AJUSTE DE ANGULAÇÃO ESPELHO; DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM TODAS AS CÂMERAS DO MERCADO SEM O USO DE ADAPTADORES; POSSUIR BASE EM ALUMÍNIO PARA ENCAIXE UNIVERSAL EM QUALQUER TRIPÉ DE VÍDEO; POSSUIR CÂMARA ESCURA PARA GRAVAÇÃO EM TECIDO PRETO; DEVERÁ VIR ACOMPANHADO COM SOFTWARE GRATUITO PARA CONTROLE DE VELOCIDADE, MEDIÇÃO E BARRA DE TEMPO, LAUDAS E EDITOR DE TEXTO, ALÉM DE PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO DA CÂMERA E MONITOR E CABOS DE ENERGIA E VGA. GARANTIA DE PELO MENOS 1 ANO. MODELO REFERÊNCIA: PROMPTV BR15VGA, equivalente, similar ou de melhor qualidade.	1
25	HANDHELD PARA SMARTPHONE	SUORTE DE PARA ESTABILIZAÇÃO DE FILMAGEM COM APARELHO CELULAR, COM ILUMINAÇÃO DE LED ACOPLADA, ACOPLAGEM DE MICROFONE	2

6. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

6.1 A Garantia mínima dos equipamentos entregues será de um ano da data da entrega, mantendo a Contratada com obrigações de resolução junto à Contratante de quaisquer danos identificados como de origem de fabricação nesse período.

7. DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

7.1. Sob responsabilidade da Contratante, os equipamentos deverão ser instalados em locais adequados no prédio sede Escola de Governança Pública do Estado do Pará - EGPA, de modo a

atender as necessidades previstas nestes termos de referência, os quais serão utilizados para demandas instrucional de EAD, assim dispostos;

8. ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

8.1 Os equipamentos serão entregues no endereço: Av. Governador José Malcher, 900, Bairro de Nazaré, Belém/PA, CEP: 66.055-260

8.2 De acordo com a necessidade da Escola de Governança Pública do Estado do Pará - EGPA, os equipamentos podem ser redistribuídos para outros locais dentro da sede mantendo o conceito de integração.

9. LOCAIS DE INSTALAÇÃO

9.1 A EGPA instalará equipamentos conforme segue descrita distribuição:

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTO							
ITEM	ESTUDIO EAD	SALA DE REUNIÃO	SALA DE AULA	LAB. DE INFO.	SALA DE CONV.	NCS	TOTAL
1	2	0	0	0	0	0	2
2	2	0	0	0	0	0	2
3	1	0	0	0	0	0	1
4	4	0	0	0	0	0	4
5	1	2	8	1	1	0	13
6	1	0	0	0	0	0	1
7	2	0	0	0	0	1	3
8	1	0	0	0	0	0	1
9	2	0	0	0	0	1	3
10	2	0	0	0	0	0	2
11	2	0	0	0	0	0	2
12	1	0	0	0	0	0	1
13	3	0	0	3	0	0	6
14	2	0	0	0	0	0	2
15	2	0	0	0	0	0	2
16	1	2	8	1	0	0	12
17	3	2	8	1	0	1	15
18	1	2	0	0	0	0	3
19	1	0	0	0	0	0	1
20	1	0	0	0	0	0	1
21	1	0	0	0	0	0	1
22	1	2	0	0	0	0	3
23	2	0	0	0	0	0	2
24	1	0	0	0	0	0	1
25	2	0	0	0	0	0	2

9.1.1 No Estúdio de EAD – em sala identificada no Anexo II deste termo de referência, os equipamentos seguintes da Tabela do “Item 5”: 1, 2, 3, 4, 5(1/13), 6(1/3), 7(2/23), 8, 9(2/3), 10, 11,12, 13 (3/6), 14 ,15, 16(3/35), 17, 18(1/32), 19(1/3), 20, 22, 24(1/3), 25(1/6), 26, 27 e 28.

9.1.2 Na sala de reunião da Diretoria Geral e DISEG, os equipamentos seguintes da Tabela do “Item 5”: 5(2/13), 16(2/35), 18(2/32), 19(2/3), 24(2/3), 25(2/6);

9.1.3 Em 8 (oito) salas de aula os equipamentos seguintes da Tabela do “Item 5”: 5(8/13), 16(8/35) e 18(8/32);

9.1.4 No Laboratório de informática os equipamentos seguintes da Tabela do “Item 5”: 5(1/13), 13(3/6), 16(1/12) e 17(1/15);

9.1.4 Na sala do NCS/EGPA os equipamentos seguintes da Tabela do “Item 5”: 7(1/3), 9 (1/3), 16(1/12), 18(1/15) e 20;

9.1.5 Na sala de Convivência EGPA integrando por cabeamento fornecido pela Contratante ou outro qualquer dispositivo para que haja funcionalidade dos equipamentos seguintes da Tabela do “Item 5”: 5(1/13)

9.1.6 Os equipamentos não referidos aqui serão disponibilizados e instalados para suporte complementar, sendo estes determinados pela CONTRATANTE tendo por referência a integração do ambiente e a segurança de todos os equipamentos.

10. LICENÇAS DE SOFTWARE – A CONTRATADA deverá fornecer as seguintes licenças para equipar os equipamentos fornecidos, toda com período referido mínimo de um ano e cadastradas no CNPJ da EGPA.

10.1 Função: Sistema Operacional (SO) //Referência Licença Windows – Detalhamento - Todos os equipamentos dos itens 9 e 16 fornecidos devem, prioritariamente, ser operacionalizados na plataforma Windows, por estar implantada na totalidade dos equipamentos da EGPA atuais, sustentando o conceito de economicidade e eficiência.

11. INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

11.1 Os serviços de instalação serão de responsabilidade da contratante.

12. VIGÊNCIA E IMPLEMENTAÇÃO:

12.1 A partir da data de assinatura do contrato, a contratada terá o máximo de 30 (trinta) dias corridos para execução do objeto.

12.1 A vigência será definida em contrato garantindo ou menos 1 (um) ano para cobertura da garantia dos equipamentos;

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1 Executar o serviço, objeto do contrato, rigorosamente dentro das normas técnicas e exigências estabelecidas pela legislação vigente, responsabilizando-se integralmente pelo seu fiel cumprimento;

13.2 Fornecer os equipamentos nas quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e parte indissolúvel deste contrato, de acordo com a solicitação da **CONTRATANTE**;

13.3 Credenciar preposto para representá-la, permanentemente, junto à Contratante, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato;

13.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela **CONTRATANTE**;

13.5 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme disposto no §1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93;

13.6 Responsabilizarem-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho do fornecimento destinados ao cumprimento do objeto deste contrato, ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependência do **CONTRATANTE**;

13.7 Responsabilizar-se pelo pagamento de multas, impostos, taxas ou outras despesas de qualquer natureza impostas á **CONTRATADA** em decorrência de descumprimento por sua parte, de qualquer cláusula ou condições deste Contrato;

13.8 Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

13.9 Não utilizar, sem prévia e expressa autorização, o nome da **CONTRATANTE** ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc.;

13.10. Eximir a **CONTRATANTE** da responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, inclusive reclamações de empregados e/ou fornecedores, envolvidos direta ou indiretamente na execução dos serviços;

13.11. Respeitar e verificar todas as condições fixadas no Termo de Referência.

13.12. Comunicar no prazo máximo de 10 (dez) dias, qualquer modificação no seu Contrato social ou estatuto, conforme o caso, que de alguma forma impacte, prejudique ou altere a prestação do serviço objeto desta contratação, sob pena de caracterizar infração a este instrumento.

13.13. Designar e manter atualizada junto à **CONTRATANTE** uma lista das pessoas autorizadas para contatos e envolvidas nos negócios comuns, objeto deste Contrato, com todos os dados que a **CONTRATANTE** a qualquer tempo exigir.

13.14. Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada na prestação do objeto.

13.15. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor (fiscal), designado pela **CONTRATANTE**, encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados, e atendendo as reclamações formuladas.

13.16. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE** na execução do Contrato.

13.17. Observar rigorosamente as normas que regulamentam a execução de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente as responsabilidades pelas transgressões de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes, em razão da execução do Contrato.

13.18. Responsabilizar-se por quaisquer indenizações em decorrência de danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão sua ou de seus prepostos, à **CONTRATANTE**.

13.19. Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8666/93), de forma a garantir a plena e contínua execução do referido contrato.

13.20. Não transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, os serviços objeto da presente Licitação, responsabilizando-se integralmente por toda a execução do mesmo sendo vedada a subcontratação ou transferência de responsabilidade;

13.21. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da EGPA;

13.22. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE** e atender prontamente as reclamações;

13.23. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser regulada em acordo coletivo e comprovar o cumprimento de tais obrigações perante a **CONTRATANTE**;

13.24. Não divulgar, nem fornecer a terceiros, dados e informações referentes aos serviços por ela realizados, a menos que seja expressamente autorizado por escrito, pelo Diretor Geral da EGPA.

13.25. Responsabilizar-se com transportes, deslocamento e entrega dos objetos;

13.26. Seguir o estabelecido no Anexo I do instrumento convocatório, parte integrante e indissolúvel deste instrumento.

13.27. A **CONTRATADA** sujeita-se às disposições do **Código de Proteção e Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1. Exercer a ampla fiscalização sobre a execução dos serviços, ficando a **CONTRATADA** obrigada a facilitar aos seus prepostos o pleno exercício desse direito;

14.1.1. Designar formalmente servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

14.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar nas Notas Fiscais/Faturas a efetiva prestação do serviço objeto do Contrato, por meio de representante legalmente designado.

14.3 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelo fornecimento, dentro do prazo estabelecido na Cláusula Décima da minuta do Contrato;

14.4 Proporcionar as condições necessárias, a fim de que os funcionários da **CONTRATADA** possam desempenhar normalmente o fornecimento ora licitado.

14.5 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

14.6 Fornecer à **CONTRATADA**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das condições contratuais, colaborando no seu estudo e interpretação, sempre que solicitado pela mesma.

14.7 Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários.

14.8 Notificar à **CONTRATADA** quanto a irregularidades verificadas na prestação do objeto.

14.9 Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

14.10 Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

15. DA FISCALIZACAO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1 A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado pela CONTRATANTE, mediante portaria específica, observando o que prevê os §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 a existência e a atuação da fiscalização pelo representante da CONTRATANTE não diminui, exclui ou altera a responsabilidade da licitante contratada por ocasião da prestação dos serviços, objeto deste contrato, nem a exime de manter fiscalização própria;

15.3 a CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da licitante contratada que, intencionalmente, venha criar dificuldades à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conferência definitiva dos itens entregues, mediante apresentação da fatura, da competente liquidação da despesa e do atestado emitido pelo setor competente da EGPA.

16.2 Caso algum item não corresponda ao solicitado ou apresente defeitos ou vícios, o pagamento somente será liberado após a substituição do mesmo.

16.3 A Contratada deverá emitir Nota Fiscal em atenção às normas pertinentes, indicando a instituição bancária, número da conta corrente e agência com a qual opera, e discriminando em seu bojo as especificações do produto entregue para a EGPA.

16.4 O responsável pelo recebimento da Nota Fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conferirá se a descrição contida no documento corresponde às especificações solicitadas, para aceitá-la ou rejeitá-la.

16.5 Serão recusadas as Notas Fiscais que relacionem especificações diferentes daquelas solicitadas e/ou constantes da proposta ou do termo de homologação.

16.7 Na hipótese do subitem anterior, a contagem do prazo para pagamento somente começará a fluir após a correção do documento fiscal.

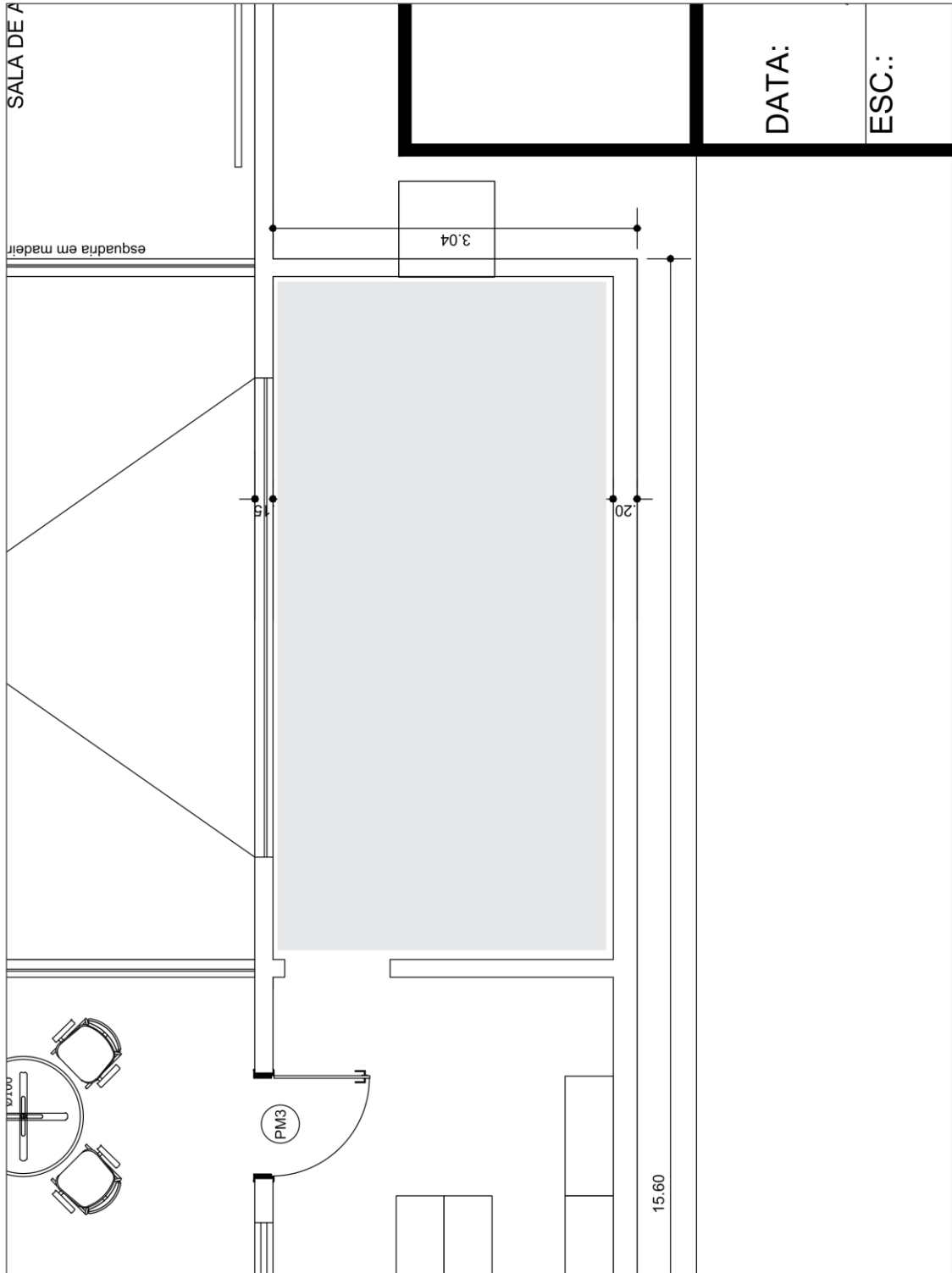
16.8 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

16.9 O pagamento ficará sempre vinculado à apresentação das certidões que comprovam a regularidade fiscal da **CONTRATADA** perante aos órgãos federais, estaduais e municipais.

16.10 A **CONTRATADA** deverá manter a regularidade fiscal enquanto vigorar a relação contratual decorrente deste processo licitatório, sob pena de rescisão.

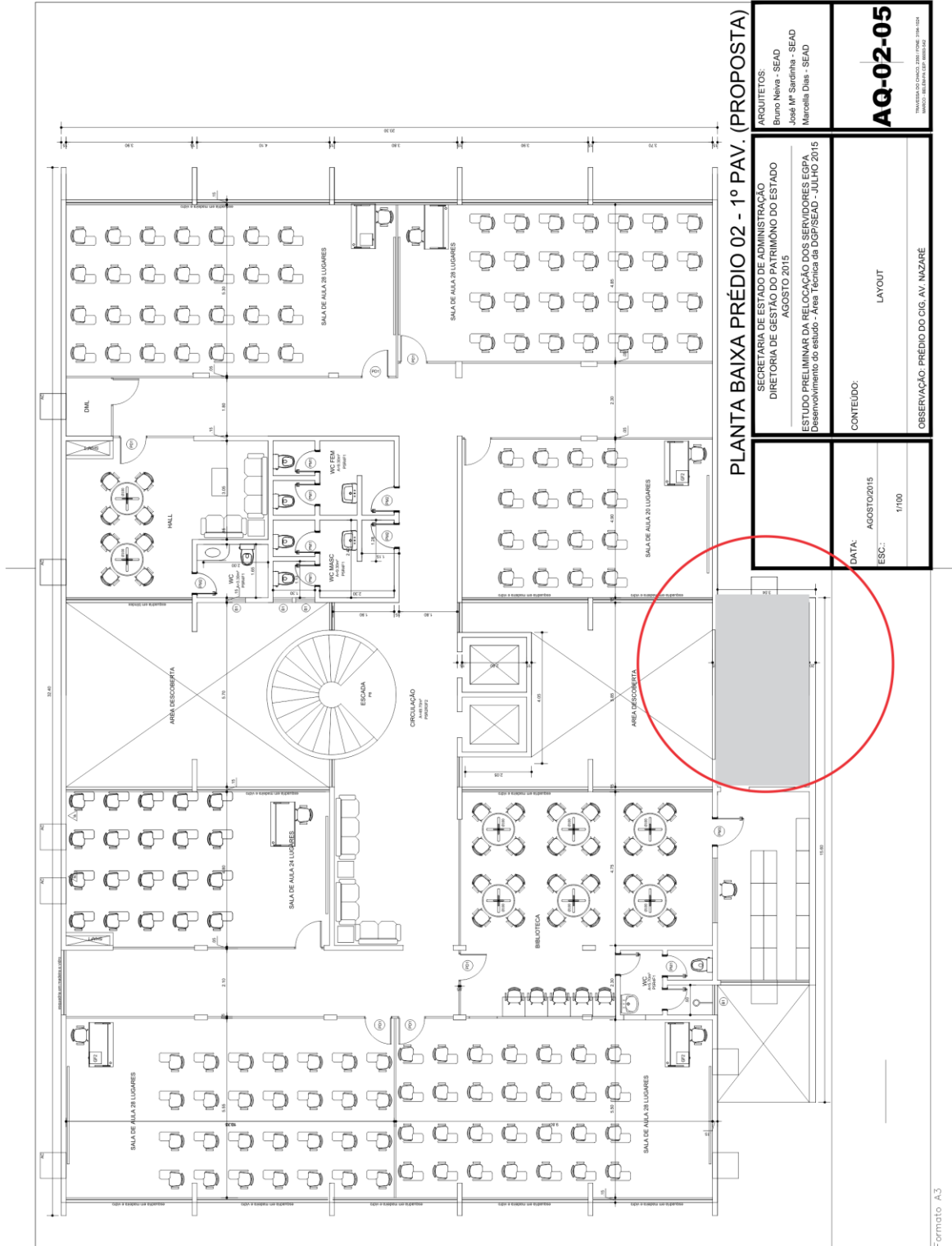
ANEXO II.I

Sala de implantação do Estudo de EAD



ANEXO II.II

Sala de implantação do Estudo de EAD



ANEXO II

MODELO DE PLANILHA DA PROPOSTA DE PREÇO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	PREÇO UNIT.	VL TOTAL

Deverá Constar, obrigatoriamente, da Proposta de Preços:

VALIDADE DA PROPOSTA: será de, no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data de encerramento da etapa de lances e apresentação dos envelopes;

VALOR UNITÁRIO: em algarismos para o último lance cotado;

VALOR TOTAL: em algarismos;

VALOR GLOBAL: em **algarismo** e por **extenso**;

DECLARAÇÃO: Declarar, **na proposta**, que nos preços propostos estão inclusos todas as taxas, impostos e demais encargos incidentes sobre o objeto licitado;

TELEFONE DE CONTATO:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS

Banco (Nome) _____

Banco (Cod.) _____

Conta Corrente: _____

Agência (Cod): _____

Praça: _____

_____ de _____ de 2019

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ (EC Nº. 0042/2008, PUBLICADA EM 11.06.2008).

Processo nº. **487788/2019**.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº. **005/2019 – EGPA**

A empresa _____, CNPJ nº _____, sediada (endereço completo) _____, declara, sob as penas da Lei, que:

Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência;

Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2019.

Representante legal da empresa
CPF:

ANEXO IV

CONTRATO Nº. /2018
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2018 - EGPA

A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DO EAD DA EGPA E A OUTROS AMBIENTES DIDÁTICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - EGPA, E, DE OUTRO, A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, a **ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ – EGPA**, com sede nesta cidade, sito à Av. José Malcher, 900, Bairro de Nazaré, Belém/PA, CEP: 66.055-260, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.914.737/0001-33, neste ato representada por sua Diretora Geral, Sr. _____, brasileira, portadora do CPF nº. _____ e da carteira de identidade nº. _____ - _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta cidade, sito à _____, inscrita sob o CNPJ nº. _____, neste ato representada por _____, portador da Cédula de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, decorrente de procedimento licitatório promovido na modalidade Pregão Eletrônico 005/2019, com amparo na Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com a autorização contida no Processo nº. 487788/2019, submetendo-se as partes às disposições do referido Diploma Legal e alterações posteriores, que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SUPORTE E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DO EAD DA EGPA E A OUTROS AMBIENTES DIDÁTICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, pelo período de 12 (doze) meses, conforme estimativas e especificações contidas no Anexo I, que constitui parte integrante e indissolúvel do presente Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço

2.1. O valor do presente Contrato é estimado em R\$ _____, _____ (_____), anual, estando nele incluídos todos os impostos, e demais encargos incidentes, considerando o preço abaixo informado, o qual foi cotado na Proposta de Preços da CONTRATADA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE.	PREÇO UNIT.	VL TOTAL

2.1.1. Já estão incluídas no preço total todos os tributos e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Forma de Pagamento

3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do mês subsequente ao da execução dos serviços, mediante protocolização da Nota Fiscal/Recibo, devidamente atestados pelo responsável designado pela **CONTRATANTE**.

3.1.1. A Nota Fiscal/fatura mensal deverá conter o detalhamento dos serviços prestados, o endereço, telefone, CNPJ, Inscrição Estadual, Nome do banco, a agência e o número da Conta Corrente da empresa na qual será depositado o pagamento pela prestação de serviço e vir acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Contra recibo de quitação e respectiva nota fiscal de serviço;
- b) Declaração da fiscalização do contrato de que o serviço foi executado na forma avençada;
- c) Apresentação de relatório mensal da manutenção, referente ao respectivo período;
- d) Apresentação de declaração, em original, de que a CONTRATADA é optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), se for o caso, nos termos do disposto no art. 6º da Instrução Normativa RBF 1.234 de 11.01.2012 e na forma dos anexos II, III e IV da referida norma.
- e) Outras documentações que o fiscal entender necessário ao cumprimento das obrigações contratuais;

3.1.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

3.1.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo se já houver retenção cautelar, ou garantia contratual, suficientes para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

3.2. A devolução da fatura não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a contratada suspenda a prestação dos serviços contratados pelo contratante;

3.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados,

3.3.1. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

14.4. No termos do art. 36 § 6ª da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) Não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não exercitar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Não cumprir as obrigações determinadas no Contrato ou Legislação pertinente;

3.4.1. O prestador de serviço poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceito pelo órgão ou entidade, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

3.5. A CONTRATANTE fará o(s) pagamento(s) referido(s) nos itens anteriores desta cláusula através de depósito em nome da CONTRATADA, na conta corrente nº. _____, da Agência _____ do **Banco do Estado do Pará, Conforme art. 1º do Decreto nº. 877, de 31 de março de 2008 e Instrução Normativa nº 018/2008 - SEFA/PA.;**

3.6. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária;

3.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

3.7.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º -B a 5º-E do artigo 18 da Lei Complementar;

3.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM= I x N x VP, onde:

EM – Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP – Valor da parcela a ser paga;

I – Índice de compensação financeira = 0,0001781, assim apurado:

$$I = (TX) I = (6,5/100) \quad I = 0,0001781$$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6,5%

3.9. Findo o contrato, se existente crédito em favor da Contratante que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá ser o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Estadual;

4. CLÁUSULA QUARTA – Do Reajustamento

4.1. Não haverá reajuste ou repactuações.

CLÁUSULA QUINTA - Da Vigência:

5.1. O contrato a ser firmado com a empresa vencedora da licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Obrigações da Contratada:

6.1 Executar o serviço, objeto do contrato, rigorosamente dentro das normas técnicas e exigências estabelecidas pela legislação vigente, responsabilizando-se integralmente pelo seu fiel cumprimento;

6.2 Fornecer os equipamentos nas quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência do edital e parte indissolúvel deste contrato, de acordo com a solicitação da **CONTRATANTE**;

6.3 Credenciar preposto para representá-la, permanentemente, junto à Contratante, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do Contrato;

6.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela **CONTRATANTE**;

13.5 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato, conforme disposto no §1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93;

6.6 Responsabilizarem-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho do fornecimento destinados ao cumprimento do objeto deste contrato, ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependência do **CONTRATANTE**;

6.7 Responsabilizar-se pelo pagamento de multas, impostos, taxas ou outras despesas de qualquer natureza impostas á **CONTRATADA** em decorrência de descumprimento por sua parte, de qualquer cláusula ou condições deste Contrato;

6.8 Comunicar a **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

13.9 Não utilizar, sem prévia e expressa autorização, o nome da **CONTRATANTE** ou sua qualidade de **CONTRATADA**, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos, etc.;

6.10. Eximir a **CONTRATANTE** da responsabilidade de todas e quaisquer reivindicações, queixas, representações e ações judiciais de qualquer natureza, inclusive reclamações de empregados e/ou fornecedores, envolvidos direta ou indiretamente na execução dos serviços;

6.11. Respeitar e verificar todas as condições fixadas no Termo de Referência.

6.12. Comunicar no prazo máximo de 10 (dez) dias, qualquer modificação no seu Contrato social ou estatuto, conforme o caso, que de alguma forma impacte, prejudique ou altere a prestação do serviço objeto desta contratação, sob pena de caracterizar infração a este instrumento.

6.13. Designar e manter atualizada junto à **CONTRATANTE** uma lista das pessoas autorizadas para contatos e envolvidas nos negócios comuns, objeto deste Contrato, com todos os dados que a **CONTRATANTE** a qualquer tempo exigir.

6.14. Relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada na prestação do objeto.

- 13.15.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor (fiscal), designado pela **CONTRATANTE**, encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados, e atendendo as reclamações formuladas.
- 6.16.** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE** na execução do Contrato.
- 6.17.** Observar rigorosamente as normas que regulamentam a execução de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente as responsabilidades pelas transgressões de disposições legais, regulamentos ou posturas vigentes, em razão da execução do Contrato.
- 6.18.** Responsabilizar-se por quaisquer indenizações em decorrência de danos ou prejuízos causados, por ação ou omissão sua ou de seus prepostos, à **CONTRATANTE**.
- 6.19.** Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8666/93), de forma a garantir a plena e contínua execução do referido contrato.
- 6.20.** Não transferir a outrem, a qualquer título, no todo ou em parte, os serviços objeto da presente Licitação, responsabilizando-se integralmente por toda a execução do mesmo sendo vedada a subcontratação ou transferência de responsabilidade;
- 6.21.** Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da EGPA;
- 6.22.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE** e atender prontamente as reclamações;
- 6.23.** Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes dos serviços, tais como: salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser regulada em acordo coletivo e comprovar o cumprimento de tais obrigações perante a **CONTRATANTE**;
- 6.24.** Não divulgar, nem fornecer a terceiros, dados e informações referentes aos serviços por ela realizados, a menos que seja expressamente autorizado por escrito, pelo Diretor Geral da EGPA.
- 6.25.** Responsabilizar-se com transportes, deslocamento e entrega dos objetos;
- 6.26. Seguir o estabelecido no Anexo I do instrumento convocatório, parte integrante e indissolúvel deste instrumento.**
- 6.27.** A **CONTRATADA** sujeita-se às disposições do **Código de Proteção e Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA SÉTIMA - Obrigações do Contratante:

- 7.1.** Exercer a ampla fiscalização sobre a execução dos serviços, ficando a **CONTRATADA** obrigada a facilitar aos seus prepostos o pleno exercício desse direito;
- 7.1.1.** Designar formalmente servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- 7.2** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar nas Notas Fiscais/Faturas a efetiva prestação do serviço objeto do Contrato, por meio de representante legalmente designado.
- 7.3** Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelo fornecimento, dentro do prazo estabelecido na Cláusula Décima da minuta do Contrato;
- 7.4** Proporcionar as condições necessárias, a fim de que os funcionários da **CONTRATADA** possam desempenhar normalmente o fornecimento ora licitado.
- 7.5** Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
- 7.6** Fornecer à **CONTRATADA**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das condições contratuais, colaborando no seu estudo e interpretação, sempre que solicitado pela mesma.
- 7.7** Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários.
- 7.8** Notificar à **CONTRATADA** quanto a irregularidades verificadas na prestação do objeto.

7.9 Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

7.10 Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

CLAUSULA OITAVA - Do Local De Entrega

8.1 Os equipamentos serão entregues no endereço: Av. Governador José Malcher, 900, Bairro de Nazaré, Belém/PA, CEP: 66.055-260

8.2. De acordo com a necessidade da Escola de Governança Pública do Estado do Pará - EGPA, os equipamentos podem ser redistribuídos para outros locais dentro da sede mantendo o conceito de integração.

CLÁUSULA NONA – Do Crédito pelo qual correrá a despesa

9.1 As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte Classificação Funcional Programática: _____.

CLÁUSULA DECIMA – Da Legislação Aplicável

10.1 A execução do presente Contrato regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com inciso XII, do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Responsabilidade Trabalhista

10.1 Fica estabelecido que a **CONTRATADA** é considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais utilizados na execução dos serviços objeto do presente Contrato, permanecendo a **CONTRATANTE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Responsabilidade Contratual

12.1 Fica estabelecido que a responsabilidade imediata pela direção e coordenação dos trabalhos será exercida por meio de empregados do quadro permanente da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Rescisão

13.1 Este Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, ou por ato unilateral e escrito da Administração nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal 8.666/93

13.2. A rescisão contratual que trata o inciso I do art. 78 acarreta as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei federal nº 8.666/93

13.3 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa, conforme previsto no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Penalidades Cabíveis

14.1 A **CONTRATADA**, em caso de inexecução total ou parcial das obrigações objeto deste instrumento, fica sujeita às disposições do art. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, podendo ser-lhe aplicada uma ou mais das seguintes penalidades:

a) advertência;

a.1) Em caso de haver 02 (duas) reincidências de advertência, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

a.1.1) A cada advertência adicional a estabelecida no subitem a.1, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;

b) multa de 3% (três por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato, por atraso na execução dos serviços;

c) multa de 3% (três por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato e de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, por inexecução parcial ou total do objeto contratado, recolhido no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;

- d) multa de 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, por inexecução parcial ou total;
- e) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a EGPA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Estado do Pará e, consequentemente, o cancelamento do Registro Cadastral, divulgado na imprensa Oficial, após ciência ao interessado;
- 14.2** Não serão aplicadas multas decorrentes de caso fortuito ou força maior, desde que sejam devidamente comprovados;
- 14.3** O valor da multa será descontado do pagamento à **CONTRATADA** pela execução dos serviços objeto deste ajuste;
- 14.4** A aplicação das multas deverá concretizar-se após comunicação por escrito, dirigida à **CONTRATADA** infratora, resguardando-se o direito de defesa no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar do recebimento da notificação;
- 14.5.** A rescisão injustificada do contrato, provocada pela contratada implicará de pleno direito, a cobrança pela contratante de multa equivalente a 10% do valor global do contrato;
- 14.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, o licitante deverá ser descredenciado do referido sistema por igual período ao de seu impedimento sem prejuízo das multas previstas no edital e no Contrato e das demais cominações legais
- 14.7.** Eventuais faltas de funcionários não cobertas pela Contratada em até 1 (uma) hora após o início do respectivo expediente implicarão multa correspondente a 3% (três por cento) por ocorrência, calculado sobre o valor total da fatura mensal, correspondente até o limite de 50% (cinquenta por cento) desse valor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Dos Casos Omissos:

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da Publicação

16.1 O presente Contrato será publicado, de forma resumida, no Diário Oficial, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do artigo 61 da Lei n.º. 8.666/93, às expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Término das Obrigações

17.1 As obrigações aqui contratadas se exaurem, relativamente ao **CONTRATANTE**, pelo pagamento dos serviços contratados e, relativamente à **CONTRATADA**, pela execução dos serviços propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do Foro

18.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Belém do Pará para dirimir quaisquer questões jurídicas porventura suscitadas em decorrência deste instrumento que não puderem ser solucionadas por consenso.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Belém, de de 2019.

Diretor-Geral da EGPA
Contratante

Contratada

Testemunhas: